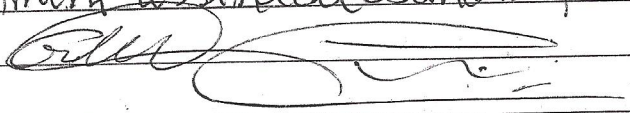
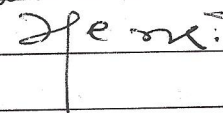



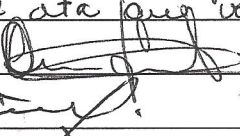
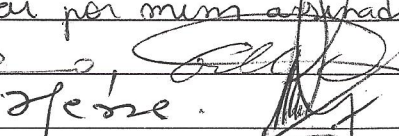
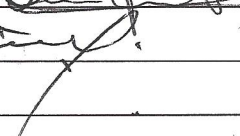
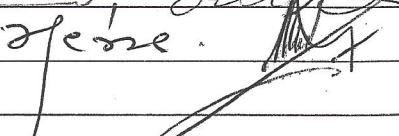
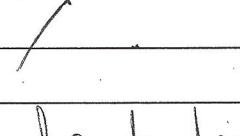
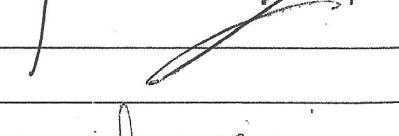
nistrativas, enfim, buscar a otimização dos recursos. Também foi questionado sobre o pedido de informações encaminhado à Assessoria Jurídica do Município em 15/04/05, sendo que até a presente data não foi obtido retorno. Foi lida o ofício nº 19/05 do Sindicato dos Professores Municipais de Santo Ângelo o qual requer informações sobre a compensação financeira; a situação dos receitas e despesas de 2004 e 2005 mês a mês; os tipos de aplicações financeiras e onde estão sendo feitas; a relação nominal com valores pagos pelo FABS; as restituições aos inativos para quem foram pagos com os respectivos valores e de onde está saindo os recursos para os pagamentos destes e dos honorários advocatícios; nome da pessoa responsável pela manutenção do FABS; ficou definido que deve-se apurar estas informações para depois serem respondidas. E para concluir o Sr. Gelso Galorça sugeriu que seja encaminhado ou criada uma lei para pagamento de gratificação para os prefeitos que ficarem responsável pelos serviços e taxas para o FABS, sendo decidido que seria verificado a legislação e buscar maiores informações junto a outros municípios e assessorias. Lida e achado conforme encerra-se a presente ata que foi por mim assinada Sandra M<sup>a</sup> Back Ferreira e os presentes.

 2 de 20:  1.7. 

### Ata nº 05/2005

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 2005 (dois mil e cinco) reuniu-se os membros do COAFABS, Helio Costa de Oliveira, Bruno Walter Hese, Francisco Medeiros, Gelso Galorça, Gilberto Bomm e Sandra Maria Back Ferreira. Passou-se a tratar da minuta de consolidação, confissão e renegociação de Dívida que foi lida e discutida. O valor de R\$ 1.549.452,35 (Um milhão, quinhentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos) foi aprovado o parcelamento em 60 (sessenta) meses, incidindo juros de 6% ao ano e renegociação mensal pelo IGP-M da FGV (Fundação Getúlio Vargas). Foi apresentada a proposta do custeio normal.



especial da FAOS (Fundo de Aposentadoria e Benefícios dos Servidores Municipais) cujas aliquotas propostas foi a de manutenção dos 11% (onze por cento) para servidores e pessoal de 11,02% (onze inteiros e dois décimos) como custeio normal e 22,98% (vinte e dois, virgula noventa e oito) como custo especial de recuperação de passivo, totalizando uma alíquota de 45 (quarenta e cinco inteiros) a vigorar a partir de janeiro de dois mil e seis, analisada pelos conselheiros foi aprovada. Lido e achado conforme, encerra-se a presente ata que vai por mim assinada Sandra Maria Back Ferreira e os presentes.      

Ata nº 01/2006

Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e seis, reuniram-se os membros do COAFABOS, Helio Costa de Oliveira, Bruno Walter Herse, Francisco Medeiros, Gilberto Bomem e Sandra Maria Back Ferreira. Apesar de não terem ocorrido reuniões formais no período, manteve-se várias atividades relativas ao FAOS, como o acompanhamento de elaboração, tramitação e aprovação das leis 2911 de 29 de novembro de dois mil e cinco e 2912 de 06 de dezembro de dois mil e cinco, que permitiram a regularização do CRP - Certificação de Regularidade Previdenciária. Os membros Gilberto Bomem e Sandra Maria Back Ferreira e a contadora do Município participaram de reunião em Porto Hamburgo da AGEIP - Associação Gaúcha dos Institutos de Previdência. Após os relatos das atividades desenvolvidas, passou-se à pauta da reunião: 1) Ficou estabelecido a criação de uma comissão de bonificação, uma para a parte administrativa, que será exercida por Sandra Maria Back Ferreira e outra para a parte contábil a ser exercida pela contadora Marlizi de Campos (descontos), no valor mensal de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) a partir de 01 de julho de dois mil e seis. Os mesmos ficarão responsáveis pela organização, controle e contabilidade do FAOS, incluindo trabalhos além do horário normal de expediente da prefeitura; 2) A criação de um Conselho Gestor, analisando legislação, faz necessário inclui-la ou instituí-la por lei, o que será feito por ocasião da reformulação do Fundo de Aposentadoria e Benefícios do Servidor. 3) O conselheiro e secretário da